

A Operação Condor: uma Análise da Atuação dos Países do Cone Sul e seus Reflexos para o Brasil na Década de 1970

*Dionéia Gabrieli Valk
Gabriela Ribeiro Santos
Luiz Eduardo Kuhn Facchin
Salvatore Gasparini Xerri¹*

Resumo: O presente artigo analisa a formação e operacionalização da Operação Condor, cooperação securitária multilateral do Cone Sul criada em 1975 que englobou os Regimes Militares da época. Discutem-se os motivos da Operação, levando-se em conta a conjuntura internacional da Guerra Fria e a importância estratégica da América Latina para os Estados Unidos no momento. A participação dos países do Cone Sul é explorada através da revisão das atividades de cada um. Analisa-se na sequência a atuação brasileira, tendo em vista que o Brasil foi por muito tempo considerado um ator secundário na Operação – fato questionável, de acordo com os dados revelados nas últimas décadas. Também sobre o papel do Brasil, explora-se o período imediatamente anterior à Operação Condor, momento de maior repressão interna no país, e que ajudou a moldar o *modus operandi* do movimento no Cone Sul.

Palavras-chave: Operação Condor. Cooperação. Brasil. Cone Sul.

¹ Graduandas e graduandos em Relações Internacionais pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS).

1 Introdução

A secreta Operação Condor, de meados de 1970 ao início da década de 1980, marcou a história da América Latina por dois principais motivos: foi a primeira cooperação securitária formal entre as inteligências do Cone Sul² bem sucedida; e também foi a institucionalização da caça, do desaparecimento forçado e do assassinato de “inimigos políticos” dos regimes autoritários deste período (MCSHERRY, 2005). Ao contrário dos demais mecanismos de repressão das ditaduras da América Latina, a Operação Condor foi composta por organização, hierarquia e estrutura de operação, a última composta por três fases (CALLONI, 2016). Representa também uma operação transfronteiriça dos países latinos em torno do conceito de segurança hemisférica. Tal conceito é parte da política externa estadunidense desde o século XIX e é retomado no contexto de bipolaridade da Guerra Fria (MCSHERRY, 2005; CALLONI, 2016).

Dentre os países-cooperantes (Argentina, Bolívia, Brasil, Chile, Paraguai e Uruguai), que serão abordados ao decorrer do trabalho, destacamos a ditadura chilena de Pinochet, “o coração da Condor” e a Argentina, *player* importante dentre seus parceiros sulistas, Brasil, Uruguai e Paraguai (CIPDH, 2015). De antemão, a atuação brasileira permaneceu tímida ao longo da vigência da Operação Condor, visto sua preferência por relações regionais de cunho bilateral. No entanto, isso não exclui a hipótese principal do artigo de que o país foi um ator importante diretamente, principalmente com seus vizinhos fronteiriços e, indiretamente, pelo dever de colaborar com os demais países do “Cone Sul” na busca da eliminação das ideologias subversivas, que serão retomadas no decorrer do trabalho (CIPDH, 2015).

Para tal, parte-se de uma análise histórica e documental. O artigo buscará, em suma, compreender a evolução do projeto e a atuação dos países-membros na Operação, além da Política Externa Brasileira nesse período de cooperação multilateral. A primeira parte trata-se de uma contextualização internacional e regional da Operação Condor e também da sua própria estrutura e *modus operandi*, considerando o período de Guerra Fria, segurança ideológica e hemisférica, atuação dos Estados Unidos e um novo papel das Forças Armadas. Em seguida parte-se

2 No decorrer do trabalho, tratar-se-á por “Cone Sul” Argentina, Brasil, Chile, Paraguai e Uruguai, somando a Bolívia.

para uma análise da atuação dos seis países do Cone Sul envolvidos diretamente nessa cooperação. Finalmente, focaremos na atuação do Brasil conforme o governo vigente no período.

2 Condicionantes e formação da Operação Condor

Para que se compreenda o papel que a Operação Condor exerceu formalmente entre 1976 e 1980, é imperativa a observação do contexto internacional bipolar e regional que atuou como condicionante para essa cooperação securitária. Dentro da esfera regional, destaca-se o papel e a influência dos valores e interesses norte-americanos na formação de um cenário propício para a formação da Operação Condor em 1975-1976. Criada a partir de um contexto histórico de histeria e violência, a Operação analisada a seguir parte de uma série de ações conjuntas minoritárias entre os países do Cone Sul, sendo fundamental para a manutenção e longevidade dos regimes autoritários da América do Sul.

2.1 O cenário: Guerra Fria

A partir de 1962, a Guerra Fria estava representada por uma mudança no padrão de política externa no conflito entre os dois grandes atores, Estados Unidos da América e União das Repúblicas Socialistas Soviéticas. Passava-se a priorizar a consolidação das zonas de influência de cada bloco, ou seja, a perspectiva de um conflito direto diminuía cada vez mais, ao passo que os conflitos nas periferias se tornavam os principais alvos das superpotências (CALLONI, 2016). Com exceção da Revolução Cubana, de 1959, a América Latina estava consolidada sob o “guarda-chuva” estadunidense. Com tal fato, como aponta McSherry (2005), era imperativo que esse *status quo* se mantivesse, a fim de garantir não só a hegemonia norte-americana na América, como também a segurança ideológica do continente enquanto os EUA disputavam espaço em outras zonas de interesse: Leste Europeu, Ásia e África. Fazia-se necessário o combate à ideologia comunista no continente. Assim, desde 1960, uma série de golpes civis-militares de cunho capitalista-cristão passaram a ocorrer com o apoio do governo estadunidense – dentre os quais destacamos os seis principais atores que formariam a Operação Condor num segundo

momento: Paraguai (1954), Brasil (1964), Bolívia (1964), Uruguai (1973), Chile (1973) e Argentina (1976) (MCSHERRY, 2005).

A proposta norte-americana de salvaguardar o restante do continente era embasada em alguns pontos basilares: (i) Doutrina de Segurança Nacional (DSN) e (ii) Defesa Hemisférica. Tais conceitos permeiam a política externa dos Estados Unidos desde o século XIX e remontam a uma estratégia ofensiva desse país no continente latino-americano.

A Doutrina de Segurança Nacional (DSN), segundo Calloni (2016), é um mecanismo de defesa dos interesses norte-americanos no sistema internacional, prezando pela permanência de seus valores – liberdade e capitalismo – acima de qualquer sistema. No contexto de Guerra Fria, podemos associar a DSN com a Doutrina Truman, pela premissa de conter a União Soviética (URSS) e quaisquer ameaças à sua soberania. Imperativo ao conceito está o uso de mecanismos políticos, econômicos e militares, a fim de cumprir com a proposta da DSN. Alguns exemplos dessa doutrina são a Aliança para o Progresso³ (1961); o apoio às ditaduras latino-americanas; e por fim, o auxílio técnico à Operação Condor. Durante a Guerra Fria, por fim, a DSN significou o estandarte da luta anticomunista (CALLONI, 2016).

Na mesma temática da DSN, a Defesa Hemisférica subverte o papel das Forças Armadas Latinas para a segurança interna de seus países, ao passo que os Estados Unidos zelam pela segurança continental. Em conjunto a esse conceito, está a Teoria Dominó – pregando que caso um país sucumba ao comunismo, todos o seguirão (CIPDH, 2015). No período que compreende a Operação Condor, essa suposta divisão de trabalho se dá em torno da proteção do continente como um todo contra ideias subversivas. Ou seja, as fronteiras passam a ser permeáveis, dada a crescente importância que as ideologias antagônicas representavam, academicamente chamadas de “fronteiras ideológicas” (MCSHERRY, 2005). Deslocar, portanto, as Forças Armadas dos países do Cone Sul para ações conjuntas de informação, prisão e assassinato de inimigos ideológicos nacionais era manter em segurança os princípios ocidentais, cristãos e capitalistas (CALLONI, 2016). Segundo Calloni (2016), o uso da Organização dos Estados Americanos e da Junta Interamericana

³ Programa de ajuda externa econômica para a América Latina, formulada no governo Kennedy, em 1961 (CALLONI, 2016).

de Defesa foram organismos fundamentais para que a ideia fosse disseminada no continente americano em prol dos interesses dos Estados Unidos.

2.2 Consolidação da Operação Condor

A partir de um contexto internacional conturbado na década de 60 e 70 e de uma situação interna dos países latinos de subdesenvolvimento e terceiro-mundismo, há um amedrontamento das elites dos países de que a ideologia comunista ganhe força, como na Guatemala e em Cuba na década de 1950, seguido de um direcionamento da política latina para a ótica de segurança estadunidense (MCSHERRY, 2005; CALLONI, 2016). Consequentemente, os governos do Cone Sul passam por golpes e ditaduras que os assolariam por pelo menos 15 anos. Vale ressaltar que a base popular desses governos era sustentada pela propaganda anticomunista, com o apoio dos Estados Unidos, taxando a ideologia como subversiva (MCSHERRY, 2016). Entretanto, o termo subversivo passa a ser utilizado além da ideologia de esquerda, mas também para quaisquer opositores dos governos autoritários, como podemos concluir a partir do relatório mensal de 1976 do Secretário Assistente dos Estados Unidos para Assuntos do Hemisfério Ocidental, Harry W. Shlaudeman:

[...] Um repórter escreveu que o significado subversão ‘cresceu para incluir praticamente qualquer um que se oponha a política do governo’. Em países onde todos sabem que os subversivos podem acabar mortos ou torturados, a população letrada teme os limites de dissidência [...] (UNITED STATES OF AMERICA, 1976b, p. 3, tradução nossa).

A Operação Condor, ainda que inovadora, é resultado de uma tendência de cooperação, bilateral em sua maioria, entre os governos autoritários do Cone Sul. Desde 1960 uma estrutura de inteligência e repressão estava sendo montada por alguns países, como o Brasil na formação do Departamento de Ordem Política e Social (DOPS)⁴ e na cooperação bilateral com os Estados Unidos em técnicas de repressão, auxiliando posteriormente o movimento anti-Allende no Chile (MCSHERRY, 2005; CIPDH, 2015). Com o decorrer dos demais golpes civis-militares, o aparato de repressão estatal e paramilitar passa a se complexificar, com as polícias atuando em territórios vizinhos em busca de indivíduos que buscavam

4 Órgão estatal brasileiro de repressão criado no governo do Estado Novo e, posteriormente, reutilizado durante a ditadura militar. Tinha a função de manter a ordem e a lei. Hoje é conhecido como órgão que praticava violações aos direitos humanos (CIPDH, 2015).

asilo, a exemplo da Operação Colombo (Chile-Argentina) e do assassinato de Leighton (MCSHERRY, 2005). Apenas com a queda do governo Allende, em 1973, a multilateralização dessas cooperações passa a tomar impulso. Em 1975, a Operação Condor é formada e em 1976 entra em atividade (CIPDH, 2015).

Em novembro de 1975, por iniciativa chilena, a primeira reunião da Operação Condor acontece. Ela operava não apenas dentro dos parâmetros de segurança estabelecidos pelos Estados Unidos, mas também para a segurança dos regimes estatais do Cone Sul. Inicialmente com a participação de Argentina, Bolívia, Brasil, Chile, Paraguai e Uruguai – posteriormente aderindo Peru e Equador –, prezava pelo fortalecimento da segurança militar-estratégica com o objetivo de atingir inimigos internos (MCHERRY, 2005). Segundo CIPDH (2015), possuía cinco características específicas: (i) especialização em operações transfronteiriças; (ii) natureza multinacional; (iii) escolha precisa e limitada de vítimas; (iv) estrutura paraestatal; (v) tecnologia avançada.

As operações eram, portanto, voltadas a dissidentes no exterior, explicando os pontos (i) e (ii): “[...] operar em territórios cooperantes na busca por subversivos [...]” (UNITED STATES OF AMERICA, 1976b, tradução nossa). Os países do Cone Sul não cooperavam apenas na região sul-americana, havendo casos de desaparecimentos no México, na Espanha e em Portugal (CIPDH, 2015). A escolha das vítimas era precisa e dependia de um aparato de inteligência integrado. A estrutura paraestatal da Operação mantinha seu caráter secreto e evitava complicações com os direitos humanos, de modo que o controle era realizado por alguns militares e outros grupos paraestatais de perseguição de dissidentes, como o Triple A da Argentina, o Comando de Caça ao Comunista (CCC) do Brasil e das próprias agências formais de repressão (MCSHERRY, 2005; CIPDH, 2015). Quanto ao apoio tecnológico, este era baseado na cooperação com a Central Intelligence Agency (CIA) dos Estados Unidos, pela transferência de aparelhos de comunicação e espionagem aos países do Cone Sul (CIPDH, 2015; CALLONI, 2016).

Tais características correspondiam às três fases de ação da Operação Condor. A primeira era voltada para o levantamento e intercâmbio de informações. Essas informações eram obtidas por dois meios: espionagem, monitoramento de correspondência, etc; e pela denúncia – depois investigada – de civis apoiadores dos

governos (CALLONI, 2016). A segunda se tratava das próprias operações transfronteiriças e conjuntas, de captura, detenção e tortura dos dissidentes (CIPDH, 2015; CALLONI, 2016). A última fase, a mais secreta, era a sistematização de sequestros e assassinatos de dissidentes no exterior. Ela contava com a descrição de documentos e registros (CALLONI, 2016).

3 A atuação dos países do Cone Sul

Os países do Cone Sul empregaram diversos tipos de atuações na Operação. A análise a seguir busca ressaltar as principais atividades desses países no âmbito dessa cooperação, bem como mostrar as ligações de cada um deles com o Brasil e, principalmente, suas influências para o país.

A Argentina, até 1976, era o único país do Cone Sul que ainda não era regido por uma ditadura, a qual se instaurou sob o nome de Processo de Reorganização Nacional, em 24 de março de 1976 (IPPDH, 2015)⁵. Devido à instauração do regime militar mais tardiamente, a Argentina contou com elevado número de refugiados políticos presentes em seu território, que fugiam do seu país de origem em busca de proteção. Dessa forma, foi o país que mais concentrou ações da Operação Condor (DINGES, 2004).

No âmbito da colaboração com os demais países, vale destacar a estreita cooperação argentina-uruguaia, por meio da estratégia de sequestro-desaparecimento de indivíduos uruguaios presentes na Argentina (CARDOZO, 2009). O centro clandestino de detenção *Automotores Orletti* contou com importante função na perseguição de opositores políticos durante a Operação Condor, não só de argentinos, mas também de uruguaios, bolivianos e chilenos (IPPDH, 2015). Em relação ao Brasil, ocorreu significativa colaboração brasileira-argentina nos marcos da Operação Condor (KRISCHKE, 2008). A Argentina atuou apanhando brasileiros que se exilaram em solo argentino, inclusive no período pré-Condor. Os dois países mantinham diversos contatos para a troca de informações de inteligência, principalmente sobre as atividades de subversão (SOUZA, 2011).

Na Bolívia, o golpe de Estado ocorreu em 1964, liderado pelo general René Barrientos Ortuño, o então vice-presidente do país. O regime militar se estendeu

⁵ No entanto, a Argentina já havia passado por outra fase de regime militar em sua história, no período de 1966 a 1973 (IPPDH, 2015).

até o ano de 1982 (ANDRADE, 2005). A Operação Condor foi aplicada na Bolívia, na medida em que trabalhavam para a destruição de todo tipo de opositores do regime, como pessoas, grupos armados, partidos políticos e organizações sindicais, ou seja, o que considerassem como risco. Isso era realizado através de prisão, expulsão, tortura, assassinato ou desaparecimento das vítimas. O país, por exemplo, interveio nas repressões do Chile e da Argentina, com a entrega de cidadãos dessas nacionalidades para os respectivos países (IPPDH, 2015). No entanto, devido aos escassos dados disponíveis sobre o papel da Bolívia no panorama da Operação Condor, ainda não é possível esclarecer precisamente a atuação deste país (SÁNCHEZ, 2012).

O Chile, por sua vez, viveu um golpe de Estado contra o então presidente Salvador Allende, em 1973, comandado pelo general Augusto Pinochet (BANDEIRA, 2008). A Operação Condor foi organizada por Manuel Contreras, na época o chefe da Direção de Inteligência Nacional (DINA), que se constituiu como o aparato repressivo da ditadura chilena e sede da Operação Condor (BAUER, 2007). A DINA, que estava diretamente vinculada a CIA, tinha a função de reunir informações sobre ações dos opositores ao regime, além de organizar a repressão (MOTTA, 2004). Em 1977, a DINA é substituída pela Central Nacional de Informação (CNI), que vigorou até 1990, ano marcado pelo fim do regime autoritário no país (MENDES, 2013).

Foi no Chile, ainda, onde aconteceu a reunião constitutiva da Operação Condor (IPPDH, 2015). No país houve a criação de mais de trinta empresas fantasmas que atuavam na clandestinidade das ações da Operação Condor e ficavam à disposição da DINA (PADRÓS, 2005). Relacionado ao Brasil, o Chile recebeu, por exemplo, uma faixa de três mil refugiados políticos brasileiros. Além disso, oficiais chilenos foram enviados ao Brasil, com o intuito de receber treinamento em inteligência (DINGES, 2004). A ligação entre Brasil e Chile também se dava mediante a troca de informações entre os países (MOTTA, 2004).

No Paraguai, com o golpe de Estado perpetuado em 1954, assume o poder Alfredo Stroessner, o qual permaneceu na administração do país por longo tempo, até 1989. Quando comparado com os outros golpes realizados nos países do Cone Sul que internalizaram a Doutrina de Segurança Nacional, o golpe no Paraguai é

um tanto quanto prematuro, uma vez que os demais somente ocorreriam no transcorrer dos anos 60 e 70 (PADRÓS, 2008). Durante a Operação Condor, o Paraguai atuou junto aos outros aparatos repressivos, articulando ações e colaborando com atividades de inteligência. Consideráveis números de cidadãos paraguaios desapareceram no exterior, assim como estrangeiros desapareceram dentro do Paraguai, por meio de ações conjuntas visando a troca de prisioneiros. Segundo dados, a maior parte desses desaparecimentos ocorreram na Argentina entre 1976 e 1978. Assim, a estratégia de desaparecimento forçado dos opositores ao regime, nos marcos da Operação Condor, representou o pico da repressão paraguaia durante a ditadura de Stroessner (IPPDH, 2015).

No que se refere ao Brasil, mesmo no período anterior à Operação Condor, já havia a colaboração Paraguai-Brasil, mediante intercâmbio de informações, reuniões bilaterais e espionagens conjuntas (SOUZA, 2011). Também houve espionagem e vigilância junto desse país, por meio da usina de Itaipu, essencialmente através da Assessoria Especial de Segurança e Informações (AESI) da hidrelétrica, que tinha o papel de mediar informações acerca de funcionários considerados suspeitos pelas ditaduras, em especial, os brasileiros e os paraguaios. Tal fato apresenta sua conexão com a Operação Condor em virtude das informações entre a AESI e os serviços de inteligência dos países (SILVA, 2010).

Já o Uruguai sofreu um golpe de Estado em 1973, quando o então presidente Juan Maria Bordaberry, junto das Forças Armadas, ocupou o Palácio Legislativo e anunciou à população a dissolução do Parlamento e instalação de um Conselho de Estado. A ditadura no país se estendeu até 1985 (PADRÓS; FERNANDES, 2012), mas desde o final de 1973 já se desenvolviam ações de inteligência, monitoramento e perseguição dos opositores políticos para além das fronteiras nacionais (IPPDH, 2015). O *Organismo Coordinador de Operaciones Antisubversivas* (OCHOA) centralizou as atividades da Operação Condor no Uruguai, com ações de inteligência e operações repressivas (PADRÓS, 2005). A Operação Condor no país atuou no desaparecimento e sequestro de vários cidadãos uruguaios dentro e fora das fronteiras nacionais (MARIANO, 2003). Vale ressaltar, ainda, que a maioria das vítimas da Operação foram de nacionalidade uruguaia (CIPDH, 2015).

A conexão Brasil-Uruguai também ocorreu nos marcos da Operação Condor. Houve, principalmente, o intercâmbio de informações com tal país, com o pedido de busca de pessoas procuradas no Uruguai, suspeitas de estarem em solo brasileiro (PADRÓS, 2005). Era um momento em que os cidadãos uruguaios perseguidos viam o Brasil como uma rota de fuga, confiando na abertura política do país em meio ao anúncio de anistia e suspensão da censura (SOUZA, 2011). Ainda, cidadãos brasileiros que sofriam com a repressão da ditadura uruguia formaram um grupo exilado neste país. Através disso, a inteligência brasileira fazia atividades de seguimento e espionagem no Uruguai (PADRÓS, 2005).

Por fim, no Brasil, instaurou-se a ditadura, por meio do golpe militar, em 31 de março de 1964, com a deposição do presidente João Goulart. Em consonância com a ditadura paraguaia, a brasileira estava entre as mais antigas no Cone Sul, perdurando até 1985 (QUADRAT, 2002). A colaboração entre as estruturas de repressão política existia já em um período pré-Condor, conforme sinalizado pelos refugiados políticos brasileiros capturados no exterior (IPPDH, 2015). Na Primeira Reunião Interamericana de Inteligência Nacional, o Brasil mandou uma delegação que participou na qualidade de observadora (DINGES, 2004). O país somente aderiu à Operação Condor em 1976, especialmente por causa das trocas de informações acerca de terrorismo e subversão (UNITED STATES OF AMERICA, 1976a).

No entanto, a participação brasileira na Operação Condor foi discreta (BAUER, 2007). O país atuou colaborando com as ditaduras do Cone Sul e também capturando para além do território nacional, mas as operações brasileiras não atingiram o alcance das ações dos demais países participantes da Operação (SOUZA, 2011). Inclusive, o Brasil não participou da fase três da Operação, ou seja, das operações fora da América Latina (UNITED STATES OF AMERICA, 1976a). Vale ressaltar que era um período em que no Brasil já havia passado a fase de grande repressão, vivia-se em pleno governo Geisel (1974-1979), o qual anunciava o início da redemocratização, por meio do processo de abertura “lenta, gradual e segura” (NETO, 2014). Por tal cenário político, o Brasil foi bastante procurado por refugiados estrangeiros, assim como ocorreu na Argentina. Ademais,

através da Operação Condor, o país colaborou com várias prisões em território nacional (SOUZA, 2011).

4 Os reflexos no Brasil

Buscar-se-á, nesta parte, explorar de que forma as ações relacionadas à Operação Condor afetaram o Brasil. Como já analisado, entende-se que a Operação contou tanto com a ação externa em território nacional, como de brasileiros no resto do continente – sendo essa segunda situação mais evidente nos anos anteriores à formalização do acordo multilateral. Essa dinâmica de troca de informações e experiências entre os serviços de inteligência gerou mudanças na forma como eram percebidos e tratados os exilados políticos dos membros da Condor no território brasileiro, levando a controvérsias sobre a abertura política que era feita pelo governo Geisel.

4.1 Conflito político, conflito ideológico

No período em que a Operação Condor se desenrolou o mundo vivia a *détente* da Guerra Fria. Nesse momento, a redução do risco de uma guerra central entre as superpotências se relaciona a um aumento na quantidade e intensidade dos conflitos ideologicamente motivados na periferia do Sistema Internacional. A América Latina, com exceção de Cuba, colocava-se no sistema de proteção hemisférica dos Estados Unidos, cabendo a essa potência a defesa do continente e aos demais países tarefas específicas, como o patrulhamento do sul dos oceanos Pacífico e Atlântico (MCSHERRY, 2005; CALLONI, 2016).

A Doutrina de Segurança Nacional, que norteou a atuação dos países da região no período, em larga escala influenciada pela Junta Interamericana de Defesa, fornecia as bases teóricas necessárias à justificativa do combate ao “inimigo interno”. Fundamentada pelos conceitos básicos da geopolítica do período, a bipolaridade e a guerra total (não apenas militar, mas também ideológica), a DSN foi internalizada no Brasil através da inclusão na ordem jurídica de instrumentos que igualavam uma ameaça ao governo à uma ameaça ao Estado, legitimando a supressão de direitos e garantindo às Forças Armadas a possibilidade de atuar domesticamente contra os inimigos dessa “guerra interna” (AGUILAR, 2011).

A participação do Brasil na Operação Condor, apesar de limitada, não pode ser descartada. O país expediu ordens de captura de militantes no exterior e também colaborou com solicitações dos demais países, como será explorado nas próximas sessões. Permitiu-se, até mesmo, a instalação de bases de serviços de inteligência estrangeiros em território nacional, para que pudessem investigar e fiscalizar “subversivos” exilados. Apesar disso, a contribuição mais importante do Brasil para o desenvolvimento do projeto se deu através das experiências promovidas nos anos anteriores, como a colaboração entre o Brasil e o Uruguai e o treinamento de torturadores, implicando um apoio à instauração de ditaduras de segurança nacional nos demais países da região (AGUILAR, 2011; BRASIL, 2014; IPPDH, 2015).

4.2 Os antecedentes e a (des)motivação brasileira na Operação

A atuação brasileira em casos de detenção e apreensão de exilados políticos fora do seu território data de antes do início da Operação Condor. Já em 1969, os governos brasileiro e uruguaio cooperavam em questões de segurança, com a extradição de exilados brasileiros do Uruguai para o Brasil, negociação feita em alto nível pelo Embaixador brasileiro e Ministro do Interior uruguaio, toda a Operação com caráter oficial (BRASIL, 2014). De fato, a vigilância dos exilados brasileiros no Uruguai era feita intensivamente desde o exílio de João Goulart e Leonel Brizola naquele país, com a participação de agentes uruguaios, brasileiros e da CIA na espionagem (BRASIL, 2014). Outro caso emblemático é o plano de invasão do Uruguai, feito pelas Forças Armadas brasileiras quando da possibilidade da vitória da Frente Ampla, partido de esquerda, nas eleições nacionais uruguaias. A Operação Trinta Horas, como era denominada, nunca foi confirmada, dado que a Frente Ampla não venceu as eleições naquele ano (IPPDH, 2015).

O Brasil também teve papel importante no treinamento dos torturadores dos países do Cone Sul, que no futuro integrariam a Operação Condor. Entre os anos de 1971 e 1973, agentes chilenos, argentinos e uruguaios receberam treinamento em interrogatório e técnicas de tortura na sede do DOI-CODI⁶ de São Paulo (BRASIL, 2014), indicando que o Brasil não só sabia que esses países se

6 O Destacamento de Operações de Informação – Centro de Operações de Defesa Interna (DOI-CODI) foi um órgão subordinado ao Exército, de inteligência e repressão do governo brasileiro durante o regime inaugurado com o golpe militar de 1964 (IPPDH, 2015).

tornariam ditaduras, como trabalhava ativamente para preparar os agentes desses Estados, notadamente do Cone Sul (IPPDH, 2015).

A participação do Brasil na Operação Condor, ou seja, após 1975, pode ser considerada menos enérgica – como já discutido anteriormente no artigo –, principalmente quando comparada às atuações de outros países, como Chile e Argentina. Entende-se que o Brasil já combatia suas guerrilhas internas há uma década antes da formação da Operação e nesse momento já tinha suprimido e controlado em grande parte as resistências internas – principalmente após a morte de Marighella⁷ (UNITED STATES OF AMERICA, 1976b). Isso pode ajudar a explicar o parcial afastamento do país frente à cooperação de segurança que se estruturava na região, participando principalmente na primeira fase da Operação (obtenção e troca de informações) como fornecedor dos equipamentos necessários para a estrutura do “Condortel” (nome da rede de comunicação entre os regimes) (UNITED STATES OF AMERICA, 1977b).

A ascensão de Jimmy Carter à presidência dos Estados Unidos da América (EUA) também moldou a forma como o Brasil se portaria frente à Operação. Com um projeto que destacava a importância dos Direitos Humanos, o presidente norte-americano, juntamente à comunidade internacional, passou a criticar os regimes latino-americanos pelas violações aos direitos dos seus cidadãos (UNITED STATES OF AMERICA, 1977a). Dentro dessa perspectiva, o Brasil tentava se dissociar da imagem dos regimes mais duros, como o chileno, algo evidenciado pelo relatório de 6 de outubro de 1977, do Escritório de Inteligência e Pesquisa do Departamento de Estado dos EUA:

Brasil tem nos anos recentes conseguido, em grande parte, escapar da vergonha internacional dirigida ao Chile [...] por abusos dos direitos humanos. O Ministério de Relações Exteriores tem assiduamente evitado a identificação do Brasil com os mais notórios infratores, embora sua justificativa para se opor à política dos EUA e o desencorajamento de discussões bilaterais sobre direitos humanos seja bastante similar (UNITED STATES OF AMERICA, 1977a, p. 8-9, tradução nossa).

O mesmo relatório evidencia uma constante ação brasileira com a intenção de criar entraves para aferições de órgãos internacionais em países com suspeita

⁷ Carlos Marighella foi um dos principais organizadores da resistência contra o regime militar e chegou a ser considerado o inimigo número um da ditadura. Militou durante trinta e três anos no Partido Comunista e depois fundou o movimento armado Ação Libertadora Nacional (ALN) (MARIGHELLA, 2018).

de infrações aos direitos humanos, a fim de evitar precedentes que justificassem ações no Brasil. A tentativa de se manter afastado dessa discussão sobre direitos humanos ajuda, também, a entender o porquê do afastamento da Operação Condor, principalmente no que diz respeito à terceira fase, que coordenaria assassinatos fora da América Latina.

O caminho à abertura, proposto pelo então presidente Ernesto Geisel (1974-1979), seria outro motivo para o não engajamento profundo do país na Operação Condor. A realidade, porém, era diferente – e mesmo sendo o general Geisel identificado com a ala moderada dos militares, conhecida como *Sorbonne*, tinha posições fortes frente à segurança interna. Conforme o próprio general: “essa ‘abertura’ não seria efetivada ‘enquanto não se apagasse o espírito de contestação de minorias trêfegas e transviadas que perturbavam a vida do país [...] com apelo até das armas, do embuste, da intriga ou da violência.’” (REIS, 2012, p. 56). Internamente, os militares da linha dura pressionavam o governo Geisel para ser mais incisivo com o tratamento de subversivos (termo utilizado com o mesmo significado aplicado pelos outros países membros da Operação Condor), que poderiam estar procurando no Brasil refúgio, dada a abertura parcial (como o fim da censura) feita pelo país. De fato, a participação do Brasil na Operação se dava em grande parte para evitar que subversivos e terroristas estrangeiros causassem incômodos no território nacional e para manter a estabilidade dos governos autoritários da região (REIS, 2012; UNITED STATES OF AMERICA, 1977a). A preocupação principal do governo brasileiro era com os exilados políticos protegidos pela ACNUR – que eram intocáveis, dada a preocupação brasileira com as repercussões da questão internacional de direitos humanos – e que eram percebidos como de alta periculosidade e que poderiam pôr em risco a Segurança Nacional (REIS, 2012).

A coincidência entre o início da abertura, feita pelo governo Geisel, e o início da Operação Condor gera a falsa impressão de atuação modesta do país nessa cooperação entre o Cone Sul. Contudo, o Brasil dos anos de chumbo⁸ (1968-1974) foi grande responsável pelo aparelhamento das forças de repressão dos Estados do Cone Sul, colaborando diretamente para as ações da Operação Condor e

8 Os chamados “anos de chumbo” são considerados os anos mais duros da ditadura brasileira, iniciando-se em 1968, com a edição do Ato Institucional número 5, e terminando em 1974, com o fim do governo Médici.

operacionalizando sequestros além do seu território, juntamente às forças de países como Uruguai e Argentina, ainda democráticos à época. O governo Figueiredo (1979-1985) vai se afastar da Operação Condor, principalmente pela revogação do AI-5 e pela promulgação da Lei da Anistia, em 1979. Mesmo assim, em 1980 há um caso de desaparecimento de argentinos em pleno território brasileiro, demonstrando que o governo continuava, mesmo que discretamente, apoiando as operações de repressão (CASTILHO, 2014).

4.3 Apresentação de Caso: O Sequestro dos Uruguaios em Porto Alegre

Em 12 de novembro de 1978, em Porto Alegre, quatro nacionais uruguaios foram apreendidos: Lilián Celiberti e Universindo Rodríguez Díaz, vinculados ao Partido por la Victoria del Pueblo (PVP). Os dois filhos de Lilián, Francesca e Camilo, à época com três e oito anos respectivamente, também foram levados. A Operação contou com a participação de um comando do Exército uruaio e agentes do DOPS gaúcho (BRASIL, 2014).

Lilián e Díaz foram levados à sede da Secretaria de Segurança Pública do Rio Grande do Sul e lá torturados com choques elétricos, espancamentos e pau de arara. Eles foram também levados à fronteira, onde houve ameaças de serem jogados ao mar, em referência aos “vôos da morte”⁹. De volta a Porto Alegre, com a intenção de capturar outros militantes do PVP em território brasileiro, uma armadilha foi montada no apartamento de Lilián. Contudo, os sistemas de alerta do Partido já haviam identificado o problema, e jornalistas da *Veja* e *Placar* foram informados. Confundidos com “subversivos”, só foram liberados depois de ser verificada sua identidade, resultando no comprometimento da Operação. Ainda assim os uruguaios foram entregues às autoridades de seu país, onde foram condenados a cinco anos de prisão. Eles foram os únicos uruguaios apreendidos pela Operação Condor a sobreviver (BRASIL, 2014).

O caso provocou grande repercussão internacional, sendo a primeira vez em que os métodos da Operação Condor vieram com clareza a público. Em 1980, os agentes que renderam os jornalistas foram condenados. Internacionalmente, em 9 Prática da Guerra suja na Argentina, em que milhares de vítimas foram atirados ao mar de aviões militares. Os prisioneiros eram lançados vivos, sóbrios ou drogados, das aeronaves para sua morte. Estima-se que quatro mil pessoas foram assim eliminadas.

2007, também a Itália condenou 146 nacionais de países da Operação Condor por crimes cometidos contra italianos, contando com o depoimento de Lilián Celiberti (BRASIL, 2014).

5 Conclusão

A Operação Condor não foi, exclusivamente, um movimento restrito ao Cone Sul. Foi uma articulação embasada no cenário que o sistema mundial apresentava no momento, com os Estados Unidos assumindo um papel de “protetor” da integridade Ocidental frente às tendências esquerdistas. A absorção de conceitos da política externa norte-americana para a América Latina, como a Doutrina de Segurança Nacional e a Defesa Hemisférica, foi responsável pelas sucessivas cooperações bilaterais e multilaterais no Cone Sul, tendo em vista a necessidade de manutenção dos seus regimes autoritários internos sob o baluarte da defesa dos princípios ocidentais, cristãos e capitalistas.

Os regimes militares que se instauraram no Cone Sul nos anos 60 e 70 realizavam ações de colaboração entre si para reprimir opositores já em um período pré-Condor. Contudo, com a criação da Operação Condor, essas ações se elevam e adquirem mais significância. Conforme as informações apresentadas no decorrer do trabalho, os países que atuaram mais fortemente na Operação Condor foram a Argentina (país que mais concentrou ações da Operação) e o Chile (que atuava na coordenação da Operação). O Brasil também operou nas práticas, tornando-se um dos países mais procurados por refugiados políticos, devido à sua abertura parcial no período Geisel, junto da Argentina (até 1976, quando do golpe militar). Além disso, as conexões que a Operação Condor propiciou na luta antissubversiva mostram que o Brasil foi afetado pela Operação. Alguns eixos merecem destaque nessa questão: as informações recebidas pelo Brasil dos demais países, a captura de brasileiros nos territórios dos países vizinhos (principalmente Uruguai e Argentina) e a colaboração para a captura de exilados estrangeiros no território brasileiro – como o caso já explorado dos uruguaios em Porto Alegre.

A participação brasileira na Operação Condor é mais sutil, em uma primeira análise, quando comparada à participação chilena ou argentina, por exemplo. É, porém, um equívoco descartar o papel chave que o Brasil desempenhou nos anos

pré Condor, conhecidos como os anos de chumbo no Brasil (1968-1973), onde o país já utilizava de meios muito semelhantes aos da Condor para caçar exilados nos países vizinhos. Não só isso, foi o Brasil, com posterior auxílio da CIA, que deu as bases e ensinou o *modus operandi* da Operação para os outros membros. Já em 1975, com a fundação oficial da cooperação multilateral, tem-se, de fato, um Brasil menos ativo – visto que já se preparava para a abertura do regime – mas de forma alguma inativo, uma vez que continuava a cooperar com os regimes vizinhos para manter a estabilidade regional.

A Operação Condor moldou, portanto, a forma como o Brasil se posicionou frente aos vizinhos regionais (os países do Cone Sul), atuando em conjunto com os mesmos para garantir uma estabilidade dos regimes autoritários através da caça sistemática de exilados políticos de alto valor. Mesmo não sendo o ator mais relevante após a fundação da Operação, foi responsável pelo treinamento das forças repressivas dos vizinhos e coleta intensiva de dados sobre exilados das mais diversas nacionalidades. Não se engajou em ações de extermínio além da América Latina pela conjuntura que vivenciava, mas isso não deve eximir o país da culpa histórica de ajudar na criação da cooperação multilateral mais repressiva da história recente da América do Sul.

Operation Condor: an analysis of the performance of the Southern Cone countries and its reflexes for Brazil in the 1970s

Abstract: This article analyzes the formation and operationalization of Operation Condor, a multilateral security cooperation established in the Southern Cone in 1975, which encompassed the Military Regimes of the time. The reasons for the Operation are discussed taking into account the international context of the Cold War, and the strategic importance of Latin America to the United States at the moment. The participation of Southern Cone countries is explored by reviewing their activities. Following, the Brazilian performance is analyzed, considering that Brazil was long appointed as a secondary actor in Operation – questionable fact, according to the data revealed in recent decades. Also about Brazil's role, we explore the period immediately prior to Operation Condor, the moment of greatest internal repression in the country, which helped shape the modus operandi of the Southern Cone movement.

Keywords: Operation Condor. Cooperation. Brazil. Southern Cone.

Referências

- AGUILAR, Sérgio Luiz Cruz. *Regimes Militares e a Segurança Nacional no Cone Sul*. Militares e Política, Rio de Janeiro, n. 9, p. 64-82, jul./dez. 2011.
- ANDRADE, Everaldo de Oliveira. *Bolívia, 1964: os militares também golpeiam*. Proj. História, São Paulo, (31), p. 131-146, dez. 2005.
- BANDEIRA, Luiz Alberto Moniz. *Fórmula para o caos: Ascensão e queda de Salvador Allende (1970-1973)*. Civilização Brasileira, Rio de Janeiro, 2008.
- BAUER, Caroline Silveira. *O Departamento de Ordem Política e Social do Rio Grande do Sul: Terrorismo de Estado e polícia política durante a ditadura civil-militar brasileira*. Revista Ágora, Vitória, n. 5, 2007, p. 1-31.
- BRASIL. *Comissão Nacional da Verdade (2014) Relatório*. v. 1, cap. 6. Brasília. Disponível em: <http://cnv.memoriasreveladas.gov.br/imagens/documentos/Capitulo6/Capitulo%206.pdf>. Acesso em: 9 nov 2018.

CALLONI, Stella. *Operación Condor, Pacto Criminal*. Caracas: Fundación Editorial El perro y la rana, 2016.

CARDOZO, Éric Tratz Hubie. *Operação Condor: a conexão repressiva entre as ditaduras militares do Cone Sul (1975-1980)*. Trabalho de Conclusão de Curso. Universidade Federal do Paraná, Paraná, 2009.

CASTILHO, Alessandra Beber. *O golpe de 1964 e a política externa brasileira dentro do contexto repressivo*. Revista NEIBA - Cadernos Argentina-Brasil. n. 8, vol. 3. Novembro 2014.

CIPDH - Comité international pour la protection des droits de l'homme. *Operación Condor: 40 años después*. Paris: CIPDH, 2015.

DINGES, John. *Os anos do Condor: uma década de terrorismo internacional no Cone Sul*. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

IPPDH. *A 40 años del Cóndor: de las coordinaciones represivas a la construcción de las políticas públicas regionales en derechos humanos*. Instituto de Políticas Públicas en Derechos Humanos del Mercosur, 2015.

KRISCHKE, Jair. *Brasil y la Operación Condor*. In: Primer Encuentro de Museos de la Memoria del Mercosur, Montevideo, 2008.

MARIANO, Nilson. *As garras do Condor: como as ditaduras militares da Argentina, do Chile, do Uruguai, do Brasil, da Bolívia e do Paraguai se associaram para eliminar adversários políticos*. Petrópolis/RJ: Vozes, 2003.

MCSHERRY, J. Patrice. *Predatory States: Operation Condor and Covert War in Latin America*. Maryland (EUA): Rowman & Littlefield Publishers, Inc., 2005.

MENDES, Clécio Ferreira. *Ideologia e Poder no Chile: a DINA e a repressão na ditadura do general Augusto Pinochet*. XXVII Simpósio Nacional de História, Natal, 2013.

MARIGHELLA, Carlos. *Memórias da Ditadura*. Disponível em: <http://memorias-daditadura.org.br/biografias-da-resistencia/carlos-marighella/index.html>. Acesso em: 8 nov 2018.

MOTTA, Déborah Estri. *A Repressão extranacional na ditadura militar brasileira: a vigilância do DEOPS paulista sobre o Chile (1970-73)*. Projeto História, São Paulo, nº 29, tomo 1, p. 251-256, dez. 2004.

NETO, Tomaz Espósito. *Desenvolvimento e Autonomia: os Eixos da Política Externa do Governo Geisel (1974-1979)*. In: SILVA, André Luiz Reis da; SVARTMAN, Eduardo Munhoz (Orgs.). *Política Externa Brasileira durante o Regime Militar (1964-1985)*. Curitiba: Juruá, 2014.

PADRÓS, Enrique Serra. *Como el Uruguay no hay... Terror de Estado e Segurança Nacional. Uruguai (1968-1985): do Pachecato à Ditadura Civil-Militar*. Tese de Doutorado. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2005.

PADRÓS, Enrique Serra. *O Paraguai de Stroessner no Cone Sul da Segurança Nacional*. IX Encontro Estadual de História, Rio Grande do Sul, 2008.

PADRÓS, Enrique Serra; FERNANDES, Ananda Simões. *A gestão do golpe no Uruguai: o governo Bordaberry e o papel dos militares (1972-1973)*. Estudos Ibero-Americanos, PUCRS, v. 38, n. 1, p. 27-44, jan./jun. 2012.

QUADRAT, Samantha Viz. *Operação Condor: o “Mercosul” do Terror*. Estudos Ibero-Americanos, PUCRS, v. 28, n. 1, p. 167-182, jun. 2002.

REIS, Ramiro José dos. *Operação Condor e o sequestro dos uruguaios nas ruas de um porto não muito alegre*. Dissertação (Mestrado em História) - Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, p.41-59. 2012. Disponível em: <http://hdl.handle.net/10183/56074>. Acesso em: 10 nov 2018.

SÁNCHEZ, Roberto Teruel. *La Operación Condor y su Sistema de Inteligencia*. 2012. Disponível em: <https://pt.scribd.com/doc/106166387/Operacion-Condor>. Acesso em: 9 nov. 2018.

SILVA, Jussaramar da. *A Usina de Itaipu e a Operação Condor: o outro lado das relações bilaterais Brasil-Paraguai (1973- 1987)*. Dissertação de Mestrado. PUC-São Paulo, São Paulo, 2010.

SOUZA, Fabiano Farias de. *Operação Condor: Terrorismo de Estado no Cone Sul das Américas*. Revista do Corpo Discente do PPG-História da UFRGS , n.8, vol. 3, Janeiro - Junho 2011.

UNITED STATES OF AMERICA. The National Security Archive. *Brazil's Role in Operation Condor*. Excerpt, agosto de 1976a, 1 p. Disponível em: <https://nsarchive2.gwu.edu/news/20010306/condortel.pdf>. Acesso em: 8 nov. 2018.

UNITED STATES OF AMERICA. Department Of State. Bureau Of Inter-american Affairs (ARA). *The Monthly Report (July): The "Third War" and South America*. Washington Dc: Department Of State, 1976b. 14 p. Disponível em: <https://nsarchive2.gwu.edu/NSAEBB/NSAEBB125/condor05.pdf>. Acesso em: 13 set. 2018.

UNITED STATES OF AMERICA. The National Security Archive. *Department of State INR, Report: "South America's Southern Cone - Block in Formation?"* Washington DC. 1977a, 19 p. Disponível em: <https://assets.documentcloud.org/documents/3679578/Document-3-Department-of-State-INR-Report-South.pdf>. Acesso 08 nov. 2018.

UNITED STATES OF AMERICA. The National Security Archive. *CIA, Report, "Counterterrorism in the Southern Cone"*. Washington DC, 1977b, 3 p. Disponível em: <https://assets.documentcloud.org/documents/3238658/2-CIA-Report-Counterterrorism-in-the-Southern.pdf>. Acesso 08 nov. 2018.